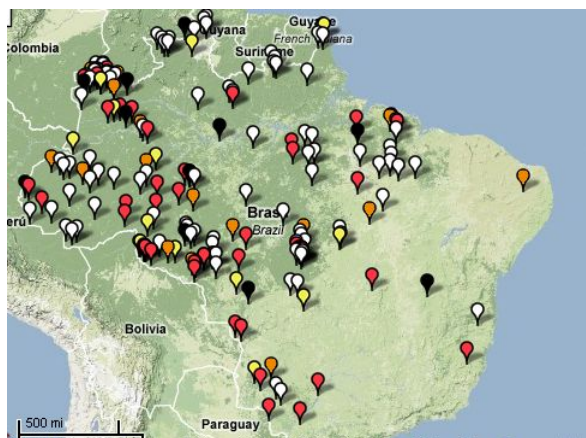


PRESERVAR É PRECISO, VIVER TAMBÉM É PRECISO: A POLÍTICA LINGUÍSTICA INDÍGENA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Diego Barbosa da Silva (UERJ)
vsjd@uol.com.br

A Unesco lançou recentemente a terceira edição do Atlas das Línguas em Perigo no Mundo, coordenada pelo linguista australiano Christopher Moseley. Nessa nova edição, cerca de 2500 das 6912 línguas do mundo (Ethnologue, 2009) estão em perigo, sendo 32,3% na América, 31% na Ásia (incluindo a parte europeia da Turquia), 14,1% na Europa (incluindo a parte asiática da Federação Russa), 11,7% na África e 10,7% na Oceania.

Diferentemente dos critérios utilizados nas edições de 1996 e 2001, a nova edição classifica as línguas em cinco categorias de perigo. No Brasil, 190 línguas¹ aparecem na lista, todas indígenas, já que a Unesco não observou as línguas alóctones no território brasileiro.



Fonte: Unesco

¹ Entre os países com mais línguas em perigo ou extintas desde 1950, a Unesco apresenta a Índia com 196 línguas, Estados Unidos com 192, Brasil com 190, Indonésia com 147, o México e China com 144 cada, Federação Russa com 136 e Austrália com 108.

O mapa acima destaca a região amazônica brasileira, onde se encontra a maior parte das línguas indígenas do Brasil. Segundo a Unesco, todas as línguas indígenas brasileiras correm algum risco de desaparecer. Acima podemos ver em branco, 97 línguas vulneráveis; em amarelo, 17 línguas em perigo; de laranja a localização de 19 línguas seriamente em perigo; de vermelho, 45 em situação crítica e de preto, 12 extintas desde os anos 1950.

A nova edição do atlas nos chama atenção não pela quantidade de idiomas em risco, mas pelo debate que o tema pode proporcionar. Afinal as línguas são entendidas como parte da cultura e por isso submetidas às transformações, como afirma Roque Laraia (2004, p. 101), “cada sistema cultural está sempre em mudança”.

Dessa forma poderíamos encarar com certo grau de naturalidade o desaparecimento de qualquer língua, assim como o surgimento de novas, baseados na idéia de transformação cultural.

Um exemplo disso é o latim, como era falado pelos romanos que se transformou, a partir do contato com outros povos, nos idiomas neolatinos como conhecemos hoje, sem mencionar a própria língua portuguesa, com as variedades brasileira e européia, já consideradas por alguns, dialetos de uma mesma língua. Outros exemplos são as mais de cem línguas de sinais utilizadas hoje no mundo, desde as primeiras ações implantadas por l'Épée² ou ainda o processo de crioulização e pidginização que fez surgir novas línguas a partir do contato linguístico através da colonização.

Roque Laraia (2004, p. 95) destaca no Manifesto sobre aculturação, resultado de um seminário realizado na Universidade de Stanford em 1953, que

Qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contato muitas vezes estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas.

² O abade Charles-Michel de l'Épée (1712-1789) foi um educador francês conhecido como “pai dos surdos”, considerado um dos precursores na instrução através de sinais e criador da Antiga Língua de Sinais Francesa.

Ele afirma que existem dois tipos de mudança cultural: “uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”.

As línguas se transformam, pois são partes do homem e por isso modificam e são modificadas a partir da realidade reapresentada. Destarte, Claude Hagège (2004, p. 17) afirma que “as línguas vivas não existem em si, mas por e para os grupos de indivíduos que delas se servem na comunicação cotidiana”.

No entanto não podemos ignorar a rápida transformação no mundo e o acelerado processo e desaparecimento de línguas em um curto período de tempo. Muitos até hoje acreditam e defendem o argumento ligado ao colonialismo de que as línguas desaparecem conforme o avanço das “línguas imperialistas” como o inglês, francês, espanhol e português.

Contudo, isso não pode ser a principal justificativa. O mundo passou por grandes transformações nos últimos 500 anos. Hoje vivemos num mundo completamente globalizado onde as distâncias espacial e temporal diminuíram estrondosamente, desafiando até mesmo a possibilidade de nós conseguirmos, quanto homens, acompanhar tantos avanços tecnológicos e científicos. No momento presente, é possível comunicar em tempo real com alguém que more em Tuvalu, país do pacífico sul, cuja língua nacional, o tuvaluano, está, inclusive, na lista em perigo de acordo com o atlas. Tal fato traz uma nova dinâmica política e econômica ao estudo das línguas que não pode ser ignorada.

Como consequência deste mundo globalizado, uma língua, o inglês, sobressai como língua global e instiga a todos, porém ao contrário de que muitos acreditavam há 20 anos, essa língua, não mantém mais seu status apoiado na economia americana ou na *Commonwealth*³. Ela se apóia nas milhões de pessoas que a utilizam como língua internacional e em todos os países do globo que lhe impõem transformações locais, muitas, inclusive profundas, tendo co-

³ A *Commonwealth* ou Comunidade das Nações é uma organização liderada pelo Reino Unido, chefiada pela rainha Elizabeth II e composta por 53 países, a maioria, antigas colônias britânicas.

mo efeito disso o surgimento do hinglish, na Índia e do singlish⁴ em Cingapura, dando características locais à língua global, numa espécie de adaptação do inglês. Isso comprova que mesmo o mundo estando “menor” após um processo de uniformização através do inglês, um processo de diferenciação e transformação cultural pode ocorrer, inverso ao primeiro.

No Brasil, calcula-se que cerca de 1100 línguas (Rodrigues, 2008) desapareceram durante o período colonial. Atualmente restaram 190, que segundo a Unesco, correm o mesmo risco. De acordo com a organização da ONU, uma língua morre quando morre seu último falante e com ela desaparece uma maneira de olhar e organizar o mundo, específica do povo que a falava. Com ela desaparece também o conhecimento e o saber acumulado por esse povo durante sua história.

Contudo Cristófaró Silva (2002, p. 56) amplia o significado caracterizando a morte das línguas de três formas:

O primeiro relacionado às situações em que o pesquisador não pôde investigar o processo de desaparecimento da língua porque havia apenas um ou simplesmente poucos falantes vivos (...). O segundo está relacionado à opressão política imposta aos falantes (para não utilizarem mais a sua língua) (*complemento nosso*) (...). O terceiro caso de morte de línguas é caracterizado pelo fato de que a língua deixa de ser usada coloquialmente e é mantida apenas em situações de ritual. Muitas vezes os participantes do ritual em que a língua é utilizada não sabem o conteúdo semântico do que está sendo dito.

Poderíamos aumentar o sentido do segundo caso, acrescentando também, qualquer espécie de pressão simbólica que o falante possa sofrer. Tal fato pode ser visto como uma estratégia de sobrevivência e não deixa de ser uma forma de resistência, quando se abandona a língua para preservar muitas vezes a própria vida. (Hagège, 2004, p.79)

Hagège vai ainda mais adiante que Cristófaró Silva quando descreve o desaparecimento de idiomas, inclusive, por causa de catástrofes naturais.

⁴ O singlish é um crioulo de base inglesa que surgiu em Cingapura e o hinglish é considerado por enquanto uma variação do inglês com vários léxicos hindis. (RAJAGOPALAN, 2009)

Sem dúvida, a extinção de uma língua é uma perda incomparável e inestimável para a diversidade humana, tão irreversível que Moseley (2009), o coordenador do Atlas, a compara com o desaparecimento de espécies de fauna e flora. Embora haja todas essas formas retratadas a respeito da morte de línguas, atualmente a mais comum é a morte dos últimos falantes de uma língua como aconteceu com e-yak, após a morte de Marie Smith Jones, no Alasca, no ano passado. (UNESCO, 2009)

No entanto, considerar apenas a extinção de uma língua como um fato individual como a morte de um indivíduo não é plausível, pois a língua é social (Bakhtin, 1981) e por isso mesmo é um processo de certa forma lento, gradual e coletivo. Este processo se inicia quando se interrompe a transmissão da língua às gerações futuras, ou seja, quando se deixa de ser ensinado o idioma do grupo e quando as crianças adotam uma nova língua materna. (Hagège, 2004, p. 101)

Cristóforo Silva (2002, p. 58) nos mostra que as primeiras monografias a respeito da extinção das línguas foram Vendryes (1934), Swadesh (1948), Terracini (1951) e Cotenau (1957), preocupados em formular hipóteses sobre por que certas línguas deixam de ser usadas e são extintas. Isto comprova a longevidade de um tema que hoje se mostra mais atual que nunca tendo em vista o aumento gradativo do número de línguas ameaçadas de acordo com as edições anteriores do atlas.

Porém, como impedir tal fato? A Unesco defende a documentação e gravação de conversação para preservação. Todavia, muitas vezes exagera-se ao defender a preservação a todo e qualquer preço, pois não podemos nos esquecer também de que uma língua pode desaparecer quando o indivíduo ou grupo de indivíduos que a fala não queira mais representar a realidade ao seu redor sob a forma dessa língua e preferam substituí-la por outra, ou ainda modificá-la a partir do contato linguístico.

Vale ressaltar que existem vários sentidos para preservação e não estamos nos referindo àquela que consiste apenas em registrar, gravá-la e documentá-la, mas sim de manter a língua utilizada viva, como expressão e valor de um povo.

Calvet (2000, p. 35) nos deixa bem clara sua posição, quando diz que

Cabe nos perguntar se é possível defender (ou salvar) um idioma contra a vontade dos falantes. Pois nesse caso, o que está em jogo não é a língua, mas o valor que seus falantes a atribuem. A política linguística não deve ignorá-los. Em efeito, um idioma não desaparece apenas porque outro o domina, mas também e talvez somente porque os cidadãos aceitam e decidem abandoná-lo e não transmiti-lo a seus filhos. (*Tradução nossa*)

Portanto, dentro desse sentido de preservação, devemos ter sempre em mente que o indivíduo deve ter o direito de escolher qual língua quer utilizar, porém não nos resta dúvida que o Estado deve proporcionar meios para que essa escolha seja feita em pé de igualdade entre as línguas. O Estado deve garantir que o indivíduo de uma língua ameaçada possa continuar a utilizar seu idioma, se assim desejar, e não a substitua por outra que possa asseverar melhor cidadania e acesso à educação e outros direitos.

No mundo de hoje, talvez seja difícil que todas as línguas ameaçadas possam representar o mundo globalizado com tantos vocábulos tecnológicos e científicos que surgem a todo momento. E também isso não é necessário. Pois pode-se criar um ambiente bilíngue, onde a língua local possa conviver com a língua global em harmonia, em um ambiente onde o conhecimento local possa interagir com a tecnologia global em prol da preservação cultural. Mas para isso é necessário consciência política e investimento estatal, seja ele federal, estadual ou municipal, principalmente na criação de escolas indígenas e ampliação de políticas públicas.

Para concluir esta reflexão, gostaria de citar Claude Hagège (2004, p. 19):

No entanto, não faltam outros meios para comunicar e a época contemporânea faz crescer ainda mais a sua quantidade e eficácia. Perpetuando-se, continuando a lançar um desafio à morte, mesmo através de grandes perdas, as línguas propõem-nos um modelo de imortalidade. Almas sem limites e sem contornos, as línguas são reflexos do infinito.

Ele nos lembra que, apesar das línguas desaparecerem e se transformarem, a língua, como parte da linguagem, é imortal enquanto existir o homem, logo, essa dinâmica provocada pela globalização merece a nossa atenção não só quanto linguístas, mas principalmente como cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, Mikhail, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

CALVET, Jean-Louis. El porvenir de las lenguas in Guerra y paz en el frente de las lenguas. *Revista el Correo Unesco*, abril, 2000, Paris: Unesco.

ETHNOLOGUE, Languages of the world. Site: <http://www.ethnologue.org> Acessado em março de 2009.

HAGÈGE, Claude, *Não à Morte das Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LARAIA, Roque de Barros, *Cultura, um conceito antropológico*, 17ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MOSELEY, Christopher. Entrevista a Unesco “*Cada Idioma es un universo mental estructurado de forma única*”, de 18 de fevereiro de 2009. Site: <http://www.unesco.org> Acessado em fevereiro de 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Introdução à política linguística. In: *VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa: Abralín, 2009.

RODRIGUES, Aryon. Entrevista a Agência Brasil de 27 de julho de 2008.

SILVA, Thaís Cristófar. Morte de língua ou mudança linguística? *Revista do Museu Antropológico*, Volumes 5-6, Número 1. Goiânia: UFG, 2002.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Atlas de las lenguas em peligro en el mundo. Site: <http://www.unesco.org> Acessado em fevereiro de 2009.